

Educação Sexual nas Escolas

Julia Fernandes Lopes¹
(orientadora: Profa. Ana Paula Neri²)

Resumo: Este artigo trata da Educação Sexual e de como ela pode ser trabalhada com crianças e adolescentes. Analisa seus benefícios e como a sociedade lida com o tema nas salas de aula. Apresenta ainda uma linha temporal da saúde sexual no mundo.

Palavras Chave: educação sexual; sexualidade; crianças e adolescentes.

Abstract: This article is about Sexual Education and how it could be proposed to children and adolescents. The purpose is to analyze its benefits and how society deals with it in classroom. We present too a timeline of sexual health around the world.

Keywords: sexual education; sexuality; children and adolescents.

Introdução

O presente artigo tem como propósito avaliar a evolução da Educação Sexual no Brasil e no mundo, visando analisar como alguns países lidam com essa temática.

Além disso, procura descrever a existência de opiniões divergentes na sociedade, analisando os argumentos das pessoas que são a favor e os das que são contra. Por fim, tem também como propósito discutir os benefícios das aulas, analisando os métodos que podem auxiliar no ensino no âmbito familiar e nas salas de aula.

Educação Sexual e os direitos da criança e do adolescente

Segundo o Ministério da Saúde (2013): “Educação Sexual abrange tudo aquilo que promove a igualdade racial, étnica, de gênero, de geração e de orientação sexual.”

A vida de uma criança deve ser valorizada e prezada, lembrando que toda criança tem direito à autonomia sobre o próprio corpo. E mais, uma criança que conhece o próprio corpo sabe reconhecer e comunicar quando algo lhe é desconfortável. É a Educação Sexual nas escolas se torna primordial para que haja o autoconhecimento e a compreensão da individualidade de cada um. (CARVALHO, 2020)

Segundo a UNAIDS (2018):

¹ Aluna do 3º médio B do Colégio Luterano São Paulo.

² Orientadora, Professora de Ciências e Ensinos Preparatórios para o Vestibular.

Educação sexual é um programa de ensino sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Seu objetivo é equipar crianças e jovens com o conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os empoderem para: vivenciar sua saúde, bem estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais respeitosos; considerar como suas escolhas afetam o bem estar próprio e dos outros; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida.

De acordo com o Ministério da Saúde (2013), “O direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, ao afeto, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são considerados Direitos Humanos fundamentais.”

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) não trata de direitos sexuais e reprodutivos na adolescência em seu âmbito geral, porém busca proteger crianças e adolescentes de possíveis violências de natureza sexual. (JIMENEZ, ASSIS, NEVES, 2015) Ou seja, apesar de não conter pautas diretamente ligadas à Educação Sexual, é assegurado que ocorra o reconhecimento de adolescentes como sujeitos de direitos, a garantia da privacidade, do sigilo e no consentimento informado; a garantia do direito ao respeito, como inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral desses sujeitos, e preservação da imagem, identidade, da autonomia, dos valores, das ideias e crenças, da opinião e expressão, dos espaços e objetos pessoais. (VENTURA et al, 2013, apud JIMENEZ, ASSIS, NEVES, 2015)

O fato de existirem diversas pautas sobre o assunto, ainda não remete à eficácia total desses direitos e, em vista disso, Gilberto Dimenstein retratou – em sua obra “O Cidadão de Papel” – a omissão dos Direitos Humanos e Constitucionais quando se trata de crianças. Segundo Dimenstein (1993): “A verdadeira democracia, aquela que implica o total respeito aos Direitos Humanos, está ainda bastante longe do Brasil. Ela existe apenas no papel. O cidadão brasileiro na realidade usufrui de uma cidadania aparente, uma cidadania de papel.”

Se no país, milhares de crianças não têm acesso à educação básica, moradia e condições essenciais para uma vida digna, é fantasioso cogitar que todas as crianças de fato recebam uma Educação Sexual de qualidade.

Para que todas as pessoas sejam de fato iguais, é fundamental a existência de maiores investimentos em ações integradas de saúde sexual e reprodutiva. E, para que aconteça um avanço significativo, é urgente que mulheres garantam o direito de tomar decisões visando o seu presente e seu futuro. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018)

Como a sociedade foi encarando o tema

Os Direitos reprodutivos foram apresentados em 1968 pela primeira vez, porém só em 1994 formalizaram-se como Direitos Humanos Universais, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018)

Entretanto essas Conferências ainda não foram suficientes para, de fato, assegurarem a equidade na sociedade.

De acordo com Nações Unidas Brasil (2018):

Ainda há um abismo entre garantir os direitos sexuais e reprodutivos em acordos internacionais e o real exercício destes. Em maio, um estudo publicado pelo Instituto Guttmacher no periódico *The Lancet* mostrou que as mulheres são as principais vítimas de violações dos

direitos sexuais e reprodutivos em todo o mundo. E, em uma lógica de que as desigualdades se alimentam e se reforçam, as pessoas mais prejudicadas são as mulheres nas camadas mais pobres da sociedade.

Nas salas de aula, a Educação Sexual não era trabalhada nem em temas de biologia. Como afirma Figueiró (2019, apud MARANHÃO, 2019): “Observei que, no princípio na década de 1950, não se falava nem sobre o sistema reprodutor, embora se falasse sobre o corpo humano. O tema só começou a aparecer nos livros didáticos na década de 1970.”

No Brasil, segundo Moraes e Vitalle (2015): “Somente em 1974 o Conselho Federal de Educação, através do Parecer 2.264/1974, legitima a educação em saúde e as primeiras abordagens da sexualidade na escola.” O mundo começou a dar mais atenção ao assunto na década de 80, pois foi nessa época que os casos de AIDS começaram a aumentar. Em vista desse cenário ocorreu um marco histórico:

Ainda segundo Moraes e Vitalle (2015):

Na ONU e no Brasil o período foi de intensas mudanças. No que tange aos direitos sexuais e reprodutivos muitas conquistas foram alcançadas nas Conferências e Encontros internacionais sobre a mulher. Foi em 1984, no “Encontro Internacional de Saúde da Mulher”, realizado na Holanda, que se tornou público o termo “direitos reprodutivos” e problematizou o termo “saúde da mulher” como escasso em muitos aspectos.

A partir daí, foram surgindo cada vez mais leis que garantiam um avanço da Educação Sexual no país e no mundo. Um ano após as Conferências Internacionais que visavam a Saúde da Mulher, foram instituídos segundo Moraes e Vitalle (2015): “O Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher, que advertiu para a necessidade de se implantar ações em saúde, que contemplassem mulheres adolescentes, sobre as DST’s, a gravidez antes dos quinze anos.”

Algum tempo depois, ainda segundo Moraes e Vitalle (2015): “Em 1989 a Convenção dos Direitos da Criança garantiu direitos básicos de proteção ao desenvolvimento saudável e criou diretrizes para a proteção de questões mais específicas como a erradicação das desigualdades de gênero no campo da escolaridade.”

Mais tarde, em 1990, o Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994, apud MORAES e VITALLE, 2015) “Indicou que os programas de orientação e informação em que há o envolvimento dos adolescentes são considerados os mais eficientes porque atendem diretamente suas necessidades em formas de abordagem e linguagem.”

Cinco anos após esse programa, segundo a ONU (1999, apud MORAES e VITALLE, 2015) “Foi realizada uma avaliação e atualização das estratégias do seu Programa de Ação: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que mostrou que os avanços foram significativos e enfatizou a atenção aos adolescentes e sua saúde reprodutiva.” Pode-se afirmar que os direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes foram amplamente reconhecidos no cenário internacional e supostamente no nacional, uma vez que o Brasil foi signatário dos documentos dos eventos ocorridos nessa época. (JIMENEZ, ASSIS, NEVES, 2015)

Ainda segundo a ONU (1999, apud MORAES e VITALLE, 2015):

Recomendou-se a participação dos jovens como protagonistas, indicou a inclusão de formação em questões relativas à saúde sexual e reprodutiva, igualdade e equidade de gênero, conduta sexual responsável e prevenção de todas as formas de violência sexual. Incluiu-se a urgência na prevenção da gravidez precoce e mortalidade materna, e a criação de sistema de registro e indicadores com base no sexo e idade e que o matrimônio não seja impedimento para a vida social.

Além disso, nessa época os governos foram incentivados a criar iniciativas de prevenção, redução e tratamento para jovens e adolescentes com HIV/AIDS, e também a eliminar barreiras jurídicas e sociais de acesso do adolescente às informações, serviços e insumos para sua saúde sexual e reprodutiva. (MORAES e VITALLE, 2015)

O cenário evoluiu ainda mais em 2000, dando ao assunto cada vez mais espaço na sociedade e provocando uma mudança nas leis do país. Segundo Moraes e Vitalle (2015) “Essa década conseguiu, em termos legais, definir uma linha de atuação com os adolescentes em que seu desenvolvimento integral está centrado no desenvolvimento das habilidades necessárias para alcançar sua autonomia e garantir direitos sexuais e reprodutivos.”

Segundo o Ministério da Saúde (2013):

Contextualizando a priorização da saúde sexual e da saúde reprodutiva na Atenção Básica, vale ressaltar que entre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos na Conferência do Milênio, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2000, quatro possuem relação direta com a saúde sexual e com a saúde reprodutiva: a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; a melhoria da saúde materna; o combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças; e a redução da mortalidade infantil.

Alguns dos Direitos Sexuais atualmente são, segundo o Ministério da Saúde (2013):

- O direito à informação e à educação sexual e reprodutiva;
- O direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças;
- O direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência e discriminações;
- O direito de acesso a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos.

O assunto ganhou espaço nas escolas do país, mas a taxa de instituições públicas e privadas que efetivamente oferecem Educação Sexual ainda é muito baixa. Segundo Figueiró (2019, apud MARANHÃO, 2019) “Penso que não há, provavelmente, no país, mais do que 20% de escolas públicas em que a educação sexual – ampla, completa e desde as séries iniciais – aconteça”.

Analisando os livros dos últimos anos, observamos que, de acordo com Figueiró (2019, apud MARANHÃO, 2019): “Já fomos mais modernos nessa questão. Na década de 1990, os livros falavam mais abertamente sobre atos sexuais. Havia até um número maior de páginas dedicadas ao tema”. No Brasil, em muitos aspectos

ocorreu uma evolução do assunto porém é preciso melhorar em muitas questões ainda. (ABDO, 2017, apud JORNAL DA USP, 2017).

Como informar as crianças e adolescentes sobre sexualidade

Existem muitos meios de educar as crianças e sempre é oportuno contar com bons livros.

Caroline Arcari é pedagoga especialista em Educação Sexual e autora de obras e projetos voltados para crianças. Seu livro mais famoso é “Pipo e Fifi”, cuja vinheta de publicidade (cf. Arcari, 2018) diz:

Você sabia que 2 em 5 crianças sofre algum tipo de abuso sexual? “Pipo e Fifi” é um premiado livro infantil que funciona como uma ferramenta de proteção, explicando às crianças, a partir dos 3 anos de idade, conceitos básicos sobre o corpo, sentimentos, convivência e trocas afetivas. De forma simples e descomplicada, ensina a diferenciar toques de amor de toques abusivos, apontando caminhos para o diálogo e a proteção.

Outro livro que também trabalha a Educação Sexual para crianças, é o “Diversidade e Sexualidade – Para quem educa em casa, na escola, na empresa, e a si mesmo.” A obra contém dados e reflexões sobre diversidade sexual, e também oferece métodos para os educadores. (CANOSA, 2016, apud BROGNA e NAPOLITANO, 2016)

Outro meio é a utilização de filmes e séries. Em 2019, foi lançada pela “Netflix” a série “Sex Education”, que alcançou notável êxito e em 2020 chegou a ser a mais assistida pela plataforma. O propósito da série é abordar assuntos ligados à sexualidade de uma forma humorada e descontraída. A classificação indicativa é para maiores de 16 anos, então pode ser uma tentativa para debater Educação Sexual com adolescentes e jovens.

Segundo Santos (2018, apud LOPES, FRANCO, ALVES, 2019) “Pode-se afirmar que as produções contidas nas Plataformas de Streaming, como as séries, se estabelecem como mídias digitais que podem se inserir nos espaços escolares pelo fato de já fazerem parte do consumo diário, seja direto ou indireto, do corpo discente das escolas.”

A série retrata assuntos que se passam na adolescência, ou seja, “Sex Education” trabalha conflitos semelhantes da vida de um adolescente normal. Levando muitos jovens a se “identificarem” com alguns acontecimentos da série, o que pode ser uma ferramenta para auxiliar professores, psicólogos e até mesmo pais.

Segundo Junior et al. (2015, apud LOPES, FRANCO, ALVES, 2019):

Quando essa discussão imerge no campo da Educação, o corpo docente se posiciona como candidatos majoritários a assumir o papel desses potenciais consumidores que analisem a série Sex Education com outras lentes. Lentes essas receosas, muitas vezes (como já suscitado) de abrir espaço, no ambiente escolar, para o debate sobre tópicos como sexo, gravidez na adolescência, aborto, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, bullying e dentre tantas outras questões que afetam a edificação de valores, comportamentos e, principalmente, de identidades juvenis.

A série dá espaço para que a Educação Sexual ganhe mais visibilidade, e confirma que é possível discutir sobre o assunto de uma forma natural.

Segundo Lopes, Franco, Alves (2019):

Nesse sentido, a série Sex Education é uma oportunidade de tensionar esse dever dentro da prática de ensino em sala de aula, como uma forma de impulsionar diferentes questões em um curto espaço de tempo, especificamente, para estudantes do Ensino Médio, por considerar que nessa faixa etária (a partir dos 15/16 anos) tais discussões podem ser apreendidas pelos mesmos com uma maior naturalidade.

Como alguns países lidam com a Educação Sexual

Cada país lida com a Educação Sexual de uma maneira diferente. Na teoria, todos os países trabalham Educação Sexual, já que é considerado um Direito Humano, porém na prática muitos abordam apenas assuntos ligados à biologia (como por exemplo, reprodução humana) e é lamentável que apenas alguns países valorizem temáticas sociais e culturais nas instituições escolares.

Na maioria dos países da África, a Educação Sexual é mais voltada à prevenção da AIDS. Já o Egito se destacava pela presença de um programa coordenado entre o PNUD, o UNICEF e os Ministérios da Saúde e Educação que promoviam a educação sexual em larga escala nas áreas rurais com o propósito de aumentar a conscientização sobre os perigos da mutilação genital feminina. (TILAK, 2012)

Quanto à Tailândia, por exemplo, já foi avaliado que o país não investe muito nos programas de Educação Sexual e que a maioria ainda está em fase experimental. (UNESDOC, 2012)

Foi mostrado, com base em pesquisas realizadas recentemente, que a Índia está em terceiro lugar com mais casos de HIV no mundo, contando 2,1 milhões de habitantes com a doença. (UNAIDS, 2018) Apesar dessa estatística, o país não se mostra muito interessado em lidar com o problema, de acordo com Pandey (2018, apud RUIK, 2018): “Na Índia, crianças praticamente não recebem informação que as prepare para uma vida sexual saudável quando adultos. Discussões abertas sobre sexo estão ausentes das escolas e dos lares – duas instituições fundamentais para o desenvolvimento das crianças.”

Já na França, o país se mostra bem evoluído em relação aos demais, já que a Educação Sexual está nas grades escolares desde 1973. Escolas do país oferecem aulas de Educação Sexual e distribuem preservativos para alunos entre 15 e 16 anos. A França é considerada um dos países mais evoluídos culturalmente em relação à diversidade sexual. (NARDI, 2008)

Na Alemanha, a situação é bem parecida com a da França. Os pais são informados anteriormente sobre as aulas, mas não podem proibir os filhos de as frequentarem, de acordo com uma lei alemã. (GOMES, 2018)

Em países como Dinamarca, Noruega, Polônia e Eslováquia o primeiro contato com a Educação Sexual no ambiente escolar é permitido a partir dos doze anos. (PARLAMENTO EUROPEU, 2013, apud CRISTO, 2017) O conteúdo pode variar de país para país, como por exemplo na Holanda, que se dá por meio de uma disciplina chamada “Sociedade”, já na Estônia é denominada “Estudos humanos”. (CRISTO, 2017)

E quando o assunto é sobre outras práticas ligadas à Saúde Sexual, existem países que estão bem à frente do Brasil, por exemplo. Em países como Islândia, Canadá e Japão o aborto foi descriminalizado antes mesmo da década de 80. Nesses países são consideradas até mesmo justificativas como “baixa renda” ou “falta de condições mentais” para se criar uma criança. (BOL, 2019) Lembrando que o aborto, é um caso de saúde pública e necessita de uma atenção maior.

Nos Estados Unidos, a situação varia entre os estados. Em quase metade dos estados do país, não é obrigatório o ensino e a orientação sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), porém uma pesquisa realizada nos EUA, mostrou que 96% dos pais apoiam a Educação Sexual no ensino médio das escolas. (PLANNED PARENTHOOD, 2014)

Por fim, no Brasil a situação não parece muito diferente da dos Estados Unidos, já que não é obrigatória a Educação Sexual nas grades escolares e é pouco incentivada pelo governo atual. Existem até mesmo projetos de lei que têm o propósito de proibir o assunto nas escolas, como o do movimento “Escola sem partido”, que defende que assuntos como sexualidade e educação moral devem ser tratados somente dentro de casa. (MARMENTINI, 2019)

Quais são os benefícios da Educação Sexual?

Praticamente todos os estudos e pesquisas feitos no mundo sobre o tema mostram que alunos submetidos à Educação Sexual nas escolas iniciam mais tarde a vida sexual, são mais cuidadosos, escolhem melhores parceiros e envolvem-se com gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis com frequência bem menor. (FIGUEIRÓ, 2019, APUD MARINI, 2019)

Entre os principais benefícios pode-se citar o amadurecimento, gerando assim mais responsabilidade, levando o indivíduo a não ter comportamentos de risco quando se trata da sua saúde sexual. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA, 2014)

Ajuda no combate da gravidez na adolescência, tendo em vista o elevado índice de abandono escolar por parte de meninas que enfrentam a gravidez precoce. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA, 2014) Ademais, informa milhares de adolescentes no mundo sobre a saúde sexual, visto que a mortalidade materna foi a quarta principal causa de morte entre mulheres de 10 a 24 anos nas Américas durante 2010 e 2014, devido a complicações na gravidez e no parto em adolescentes. (OPAS, 2019)

Reafirma também que não ocorre um aumento na atividade sexual ou nas taxas de IST's. Muito pelo contrário, auxilia no retardamento do início da vida sexual. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA, 2014)

Uma simples palestra de Educação Sexual também pode contribuir para uma denúncia de abuso infantil, como aconteceu recentemente no estado da Paraíba. Uma criança de 8 anos relatou para a professora responsável pela palestra, que quando brincava com sua prima, o pai da menina tentava “passar as mãos em suas partes íntimas”. (G1 PB, 2019) Lamentavelmente, esse não é um caso isolado. De acordo com o Ministério da Saúde entre 2011 e 2018, 69,2% dos casos envolvendo crianças e 58,2% envolvendo os adolescentes aconteceram dentro de casa. E quando o agressor teve vínculo com a vítima, 37% dos casos a vítima era criança, e 38,4% era adolescente. (COELHO, 2018) Esses são apenas números que foram notificados, acredita-se que menos de 10% dos casos na infância sejam registrados. (CAMPOREZ, 2019)

De acordo com Ungaretti (2020, apud FERREIRA, 2020):

Na hora que eu crio uma criança, desde pequenininha, sabendo o que é sexo, o que é sexualidade, qual é o direito que ela tem, você vai preparar essa criança para que, em qualquer abordagem que ela sofra, indicando para um uso indevido do seu corpo, ela reage, não aceita. Muitas vezes a criança confunde, acha que aquilo é afeto, carinho. Se ela tem controle do seu corpo e sabe o que podem fazer com o corpo dela ou não fazer, evidentemente que você vai contribuir para uma redução da violência sexual.

A faixa etária para cada nível de aprendizado

Existem opiniões controversas quando o assunto é em qual faixa etária deve se iniciar a discussão. Há pessoas que acreditam que deve se iniciar na infância com temas apropriados para a idade; outros opinam que só deve ser trabalhada na adolescência. Com isso, numa enquete que realizamos pela internet com 100 pessoas (Anexo I), os resultados concluíram que 11,11% das pessoas acham que o correto é que se inicie entre os 6 e 9 anos; já 50,51% acreditam que a idade certa seja entre 10 e 13 anos; 29,29% declararam que adequado é apenas depois dos 14 anos; por fim, 9,09% não souberam responder.

É recomendado que sejam trabalhados diferentes assuntos ao longo da infância e da adolescência, visando sempre a maturidade de cada indivíduo. Com isso, a UNESDOC realizou uma “divisão” que serve para auxiliar o aprendizado.

No nível I (5 a 8 anos) o adequado é a discussão sobre: “o que é uma família”, “do que as amizades se constituem”, “respeito e confiança”, “preservar a própria privacidade” “as pessoas podem ou não, querer ter filhos”, “crianças podem precisar de ajuda para tomarem decisões”, “todas as pessoas podem se expressar”, “há programas na TV, no rádio, na internet, filmes, revistas, fotos e textos que não são adequados para crianças”, “o abuso/violência sexual é sempre errado e jamais é culpa da pessoa abusada”, “o toque inapropriado é uma forma de abuso/violência sexual”, “todas as pessoas têm um corpo único, que merece respeito”, “todos os corpos são lindos”, “pessoas adultas não devem tocar as partes íntimas do corpo de crianças, a não ser para exercer os cuidados básicos de higiene e saúde”, entre outros. (UNESDOC, 2014)

No nível II (9 a 12 anos): “existem diferentes formas de expressar amizade: abraços, carinhos, bilhetes, redes sociais”, “para que haja igualdade, deve haver respeito mútuo às diferenças de etnia, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras”, “postar informações sobre si mesmo ou sobre outras pessoas na internet pode ter consequências prejudiciais”, “pessoas que estão sendo assediadas ou sofrendo bullying devem ser defendidas”, “o assédio e a violência sexual devem ser notificados a uma fonte de ajuda de confiança”, “crianças e adolescentes vítimas de abuso/violência sexual necessitam de apoio médico e psicológico”, “os corpos das pessoas são diferentes e mudam ao longo do tempo”, “o beijo, o abraço, o toque e a troca de olhares são expressões de sexualidade e afetividade presentes na nossa cultura”, “existem formas de evitar a gravidez com o uso de métodos contraceptivos”, entre outros. (UNESDOC, 2014)

No nível III (12 a 15 anos): “o álcool e outras drogas podem prejudicar a tomada racional de decisões sobre comportamento sexual”, “existem canais de apoio e ajuda para situações de abuso/violência sexual, estupro, violência doméstica e de gênero, discriminação, entre outros”, “alguns conteúdos da mídia ridicularizam gays, lésbicas, travestis e transexuais”, “existem riscos ao desenvolvimento fetal associados à má nutrição, ao tabagismo e ao uso de álcool e outras drogas durante a gravidez”, “para a maioria das pessoas, a partir da puberdade o desejo sexual se torna mais

presente”, “a aparência de alguém não deveria afetar o modo como outras pessoas se sentem e se comportam em relação a ele/ela”, “todas as pessoas têm o direito de decidir sobre o que farão ou não do ponto de vista sexual”, entre outros. (UNESDOC, 2014)

No nível IV (15 a 18 anos): “os relacionamentos abusivos/violentos devem ser denunciados”, “em um relacionamento amoroso, as pessoas podem decidir ter ou não relações sexuais”, “um relacionamento amoroso não deve obscurecer a importância de outros aspectos da vida, como amigos, família, estudos e planos profissionais”, “o comportamento sexual pode trazer consequências pessoais e para outros, como gravidez ou IST’s, inclusive o HIV”, “existem marcos legais nacionais e internacionais referentes à idade de consentimento, orientação sexual, estupro, violência sexual, vida com HIV e aids e acesso das pessoas a serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva”, “meninos e meninas transexuais devem ter seu direito assegurado de utilizar seu nome social na escola”, “o consentimento mútuo é essencial para a atividade sexual com o parceiro”, “modelos e padrões irreais sobre aparência física devem ser questionados”, “os métodos contraceptivos permitem às pessoas planejarem suas famílias”, entre outros. (UNESDOC, 2014)

A opinião da sociedade sobre o assunto

No Brasil e no mundo existem opiniões divergentes sobre a Educação Sexual. Há aqueles que a criticam, pois acreditam que as crianças que são expostas muito cedo ao assunto tendem a amadurecer precocemente. Ou até mesmo são contra a “erotização infantil”, utilizando argumentos religiosos. O governo de Jair Bolsonaro já se mostrou ser contra, e chegou até mesmo a incentivar que pais retirassem páginas que fossem dedicadas à Educação Sexual, argumentando que “quem ensina sexo é papai e mamãe” (MARMENTINI, 2019). Mais recentemente, o seu governo vetou a presença de um parágrafo em um projeto da ONU, que propõe a garantia de Educação Sexual a todos com o propósito de lidar com a discriminação. Apenas países como o Brasil, Paquistão, Iraque e Arábia Saudita foram contra. O governo ainda sugeriu que essas pautas podem ser trabalhadas por grupos religiosos. (CHADE, 2020)

Jair Bolsonaro também é a favor de programas de Abstinência Sexual, que são uma tentativa para tentar diminuir casos de gravidez na adolescência. Esses programas alegam que projetos de Educação Sexual que são mais “liberais” tendem a promover uma divergência do que é ensinado em casa como valores morais. Tem também, como objetivo, ser a favor de práticas mais tradicionais, como a divisão da educação entre meninas e meninos, e a monogamia. (FURLANI, 2011)

Em contrapartida, há aqueles que defendem com argumentos que a Educação Sexual vá além da área da biologia, e passe a se tratar de uma questão de saúde pública. Levando em consideração que segundo Marmentini (2019), “A conversa sobre educação sexual nem sempre acontece em casa. Muitos jovens não recebem instruções importantes para prevenção de IST’s e gravidez. Por isso, a escola deveria oferecer as informações necessárias.”

Em enquete que realizamos pela internet (Anexo I), com o intuito de avaliar a opinião das pessoas, 91% afirmaram ser a favor do ensino nas escolas, 3% afirmaram ser contra, e 6% não souberam ou não quiseram responder. Porém, como um todo, o país ainda se mostra ser bem dividido sobre o assunto.

Considerações finais

O desenvolvimento do trabalho permitiu uma maior compreensão da temática e parece-nos que a educação sexual não deva se limitar a uma abordagem biológica, mas que amplie a discussão para temas mais amplos. Foi analisado que o país se desenvolveu muito no decorrer dos anos, e que ocorreu uma grande evolução na sociedade, impactando até mesmo a legislação do Brasil.

Observou-se que cada país do mundo tem sua própria concepção sobre o que é Educação Sexual e nela se trabalha, ou não, de uma maneira diferente. Serviu também para ter o conhecimento de outras opiniões, e uma reflexão mais ampla da realidade, levando em consideração que muitas crianças e adolescentes ainda não têm acesso à saúde sexual de qualidade.

O artigo também apresentou diversas possibilidades e temas coerentes a cada idade, que podem ser trabalhados na infância e na adolescência, de uma forma adequada. Foi possível comprovar a existência dos benefícios do ensino e que, de fato, ocorre uma melhora nos casos de IST's, auxiliando também no retardamento do início da vida sexual e na prevenção de gravidez na adolescência. Além do mais, contribuiu para a divulgação do tema que ainda é visto como um tabu na sociedade, e por esse motivo muitas pessoas ainda têm um certo preconceito.

Parece-nos que o fato de o governo brasileiro não incentivar a Educação Sexual, acaba contribuindo para o grande número de casos de abuso infantil, visto que até uma simples palestra pôde contribuir para uma denúncia de violência sexual.

Outra problemática é que as pessoas que se opõem, acreditam que os pais devem ter o papel de educarem em casa. Todavia, a família nem sempre é preparada para tratar desses assuntos. Tenha-se em conta também que muitas famílias não conversam com os filhos por receio ou insegurança.

É primordial que atitudes sejam tomadas para a melhoria da realidade atual, casos de gravidez na adolescência precisam ter mais visibilidade, campanhas de sexo seguro devem ser realizadas e deve haver uma atenção maior para os casos de abuso infantil que, infelizmente, crescem cada vez mais.

A educação é sempre o melhor caminho, e quando se discute com crianças e adolescentes sobre autoconhecimento, empatia, respeito por si mesmo e pelo próximo, compreensão da individualidade, entendimento sobre o próprio corpo, tende a ocorrer uma melhora no bem-estar individual e coletivo. Reforçando sempre que a Educação Sexual não é sobre ensinar a fazer sexo, e sim sobre comunicar, advertir e contribuir na proteção das crianças e adolescentes e, como já dissemos anteriormente, a Educação Sexual nas escolas tem o papel principal também de dar naturalidade à sexualidade humana.

Referências bibliográficas

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi – Prevenção De Violência Sexual Na Infância** (6ª Edição) 2018. Isabela Santos (ilustradora). Disponível em: <<https://www.pipoefifi.org.br/home>> Acesso em 29 de abr. de 2020.

BOL. **Os 15 Primeiros Países Que Legalizaram O Aborto**. 2019. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/listas/os-primeiros-paises-que-legalizaram-o-aborto.htm>> Acesso em: 11 de maio de 2020.

BROGNA, Marcos; NAPOLITANO, Paula. **Diversidade Sexualidade – Para Quem Educa Em Casa, Na Escola, Na Empresa E A Si Mesmo.** 2016. Disponível em: <<https://fliphtml5.com/ngdo/sbiq/basic>> Acesso em: 9 de maio de 2020.

CAMPOREZ, Patrik. **Ministério Dos Direitos Humanos Conclui Que Quase 90% Da Violência Sexual Contra Crianças Acontece No Ambiente Familiar: O Globo.** 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-dos-direitos-humanos-conclui-que-quase-90-da-violencia-sexual-contra-criancas-acontece-no-ambiente-familiar-23665391>> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

CARVALHO, Thaís. **Toda Criança Tem Direito A Autonomia Sobre O Próprio Corpo.** 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B8XZPfnDy1D/?hl=pt-br>> Acesso em: 9 de maio de 2020.

CHADE, Jamil. **Brasil E Islâmicos Vetam Educação Sexual Em Projeto De Defesa De Meninas: UOL,** 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/brasil-e-islamicos-vetam-educacao-sexual-em-projeto-de-defesa-de-meninas.htm>> Acesso em: 08 de jul. de 2020

COELHO, Tatiana. **Maioria Dos Casos De Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes Ocorre Em Casa; Notificações Aumentaram 83%: G1.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

CRISTO, Alexandre Homem. **Educação Sexual. Como Se Faz Lá Fora E Com Que Resultados?** 2017 Disponível em: <<https://observador.pt/especiais/educacao-sexual-como-se-faz-la-fora-e-com-que-resultados/>> Acesso em: 11 de maio de 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão De Papel.** 3º Edição. Editora Ática: João Guizzo, 1993.

FERREIRA, Yuri. **Brasil E Arábia Saudita Vetam Educação Sexual Para Combater Violência Contra Meninas.** 2020. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/07/brasil-e-arabia-saudita-vetam-educacao-sexual-para-combater-violencia-contra-meninas/?fbclid=IwAR1sKxUwG9Jo1NlvYQ8oEjeV7X83aLfBac0oYHNE0RmcH0MFDJcfnlJNxrA>> Acesso em: 12 de jul. de 2020.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual Na Sala De Aula: Relações De Gênero, Orientação Sexual E Igualdade Étnico-Racial Numa Proposta De Respeito Às Diferenças.** Brasil: Autêntica Editora, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=mzdIDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=abstin%C3%AAncia+sexual&ots=V0Mq4t_5Wz&sig=cC0wtUNTbq6q0OXwLMhciNUQ_98#v=onepage&q=abstin%C3%AAncia&f=false> Acesso em: 12 de jul. de 2020.

G1 PB. **Após Palestra De Educação Sexual Na Escola, Criança Revela Abuso E Homem É Condenado A Prisão.** 2019 Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/11/04/apos-palestra-de-educacao-sexual-na-escola-crianca-revela-abuso-e-homem-e-condenado-a-prisao-na-pb.ghtml>> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

GOMES, Karina. **Educação Sexual É Lei Nas Escolas Alemãs**: DW, 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/educa%C3%A7%C3%A3o-sexual-%C3%A9-lei-nas-escolas-alem%C3%A3s/a-46136026>> Acesso em: 13 de jul. de 2020.

JIMENEZ, Luciene; ASSIS, Daniel; NEVES, Ronaldo. **Direitos Sexuais E Reprodutivos De Crianças E Adolescentes: Desafios Para As Políticas De Saúde**. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n107/0103-1104-sdeb-39-107-01092.pdf>> Acesso em: 02 de jul. de 2020.

JORNAL DA USP. **Adolescentes Iniciam Vida Sexual Cada Vez Mais Cedo**. 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/adolescentes-iniciam-vida-sexual-cada-vez-mais-cedo/>> Acesso em: 9 de maio de 2020.

LOPES, David; FRANCO, Ludmila; ALVES, Lynn. **Descomplicando o Vocabulário: Contribuições para o Diálogo Entre Educação e Saúde a partir da Série Sex Education**: Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/staes/article/view/8211/5283>> Acesso em: 29 de abr. de 2020.

MARANHÃO, Fernanda. **Educação Sexual É Menor Do Que Imaginamos**: Nova escola, 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/15749/educacao-sexual-nas-escolas-e-menor-do-que-imaginamos>> Acesso em: 29 de abr. de 2020.

MARINI, Eduardo. **Benefícios E Dificuldades De Implantar Projetos De Educação Sexual Nas Escolas**. 2019. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2019/11/13/projetos-educacao-sexual-escolas/>> Acesso em: 17 de maio de 2020.

MARMENTINI, Gabriel. **Educação Sexual: O Que É E Como Funciona Em Outros Países?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/educacao-sexual-o-que-e-e-como-funciona-em-outros-paises/>> Acesso em: 11 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos De Atenção Básica: Saúde Sexual E Saúde Reprodutiva**. Brasília: 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf> Acesso em: 28 de abr. de 2020.

MORAES, Silvia; VITALLE, Maria. **Direitos Sexuais E Reprodutivos Na Adolescência: interações ONU-Brasil**. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n8/2523-2531/#>> Acesso em: 27 de abr. de 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Artigo: Direitos Sexuais E Reprodutivos – Um elefante na Sala**. 2018, Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-direitos-sexuais-e-reprodutivos-um-elefante-sala/>> Acesso em: 18 de jul. de 2020.

NARDI, Henrique. **O Estatuto Da Diversidade Sexual Nas Políticas De Educação No Brasil E Na França: A Comparação Como Ferramenta De Desnaturalização Do Cotidiano De Pesquisa**: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400004> Acesso em: 9 de maio de 2020.

OPAS. **Metade De Todas As Mortes Entre Jovens Nas Américas Podem Ser Evitadas, Constata Novo Relatório Da Opas.** Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5883:metade-de-todas-as-mortes-entre-jovens-nas-americas-podem-ser-evitadas-constata-novo-relatorio-da-opas&Itemid=839> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

PLANNED PARENTHOOD. **What'S The State Of Sex Education In The U.S?** 2014. Disponível em: <<https://www.plannedparenthood.org/learn/for-educators/whats-state-sex-education-us>> Acesso em 11 de maio de 2020.

RUIC, Gabriela. **Para Entender Os Estupros Na Índia, Ela Foi A Fonte: Os Estupradores:** Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/para-entender-os-estupros-na-india-ela-foi-a-fonte-os-estupradores/>> Acesso em: 13 de jul. de 2020.

TILAK, S Fernando. **Is silence Always Golden?** 2012. Disponível em: <<https://afrika.bocs.eu/hatteranyagok/english-collection/20-is-silence-always-goldendate=September>> Acesso em 9 de maio de 2020.

UNAIDS. **In India 2017.** 2018. Disponível em: <<https://www.unaids.org/en/regionscountries/countries/india>> Acesso em: 9 de maio de 2020.

_____. **ONU Encoraja Abordagem Abrangente Na Educação Sexual.** 2018b. Disponível em: <<https://unaids.org.br/2018/01/onu-encoraja-abordagem-abrangente-da-educacao-sexual/>> Acesso em: 11 de maio de 2020.

_____. **International Technical Guidance On Sexuality Education: An Evidence-Informed Approach.** Paris, 2018c. Disponível em: <https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/ITGSE_en.pdf> Acesso em: 28 de abr. de 2020.

UNESDOC. **Programas De Educação Sexual Na Escola: Análise De Custos E Relação De Custo-Efetividade Em Seis Países, Resumo.** 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000207055_por> Acesso em: 9 de maio de 2020.

_____. **Orientações Técnicas De Educação Em Sexualidade Para O Cenário Brasileiro: Tópicos E Objetivos De Aprendizagem.** 2014. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

Anexo I

ENQUETE

1. Você acha que a Educação Sexual nas escolas deve se iniciar a partir de que idade?

6-9 anos. ()

10-13 anos. ()

Acima de 14 anos. ()

Não sei ou não quero responder. ()

2. Você é a favor da Educação Sexual nas escolas?

Sim. ()

Não. ()

Não sei ou não quero responder. ()

Recebido para publicação em 10-10-20; aceito em 08-11-20